



Entrevista

Neste quinto número da Revista Eletrônica EJE, o entrevistado é o senhor Sérgio Dias Cardoso, secretário da Corregedoria-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Ele fala sobre a organização do cadastro de eleitores brasileiros, o novo sistema de identificação do eleitor por meio da biometria e suas principais vantagens para o processo eleitoral.

Reportagem

“Justiça Eleitoral investe na biometria para aprimorar a segurança na identificação do eleitor” é a reportagem da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE.

Artigos

Evolução do processo eleitoral, reforma política e financiamento de campanhas eleitorais, abuso de poder político, nascimento do Direito Eleitoral brasileiro e a necessidade de **apresentar dois documentos na hora da votação são temas tratados nos artigos desta edição.** Além desses assuntos, a seção Tema Complementar apresenta artigo sobre a saúde do homem.



Entrevista

A entrevista desta quinta edição da Revista Eletrônica da Escola Judiciária Eleitoral é com o senhor Sérgio Dias Cardoso, secretário da Corregedoria-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. E o tema é “identificação biométrica do eleitor”.

Dr. Sérgio, temos um dos maiores cadastros de eleitores do mundo. São mais de 135 milhões de eleitores cadastrados. Como é organizado esse cadastro e qual é o papel da Corregedoria-Geral Eleitoral?

Realmente, é um cadastro eleitoral gigantesco, um dos maiores de que temos conhecimento. E é uma dimensão pouco conhecida do trabalho da Corregedoria-Geral essa de buscar garantir a integridade, a regularidade e a atualização dessas informações que constam do cadastro, tarefa que faz em parceria com as corregedorias nos Tribunais Regionais Eleitorais e com a atividade desenvolvida pelos cartórios eleitorais de todo o país.

A Justiça Eleitoral já vem promovendo um recadastramento biométrico, ou seja, uma identificação por meio da biometria. Exatamente, o que é essa identificação biométrica do eleitor?

Biometria é uma palavra que vem do grego e está relacionada à ideia de vida e de medida. É exatamente um método de identificação individual que parte de medidas biológicas e de aspectos comportamentais. A ideia então é fazer a identificação a partir das impressões digitais, pela íris, pela geometria das mãos, geometria da face. E a Justiça Eleitoral optou, nesse

primeiro momento, por utilizar as impressões digitais para fazer essa identificação. Então, a partir da coleta desses dados e da colocação deles no cadastro eleitoral, a ideia é criar uma sistemática de identificação para o momento da votação que torne única a identidade de cada eleitor, ampliando, assim, a segurança de todo o processo de votação.

Como esse cadastro é realizado? E quantas cidades já passaram por esse recadastramento?

Tivemos uma fase experimental do projeto em 2008 em que apenas três cidades tiveram a coleta de biometria. Uma em Santa Catarina, uma em Mato Grosso do Sul e outra em Rondônia. Depois disso, nós passamos para uma fase de ampliação do projeto em que aproximadamente 1,1 milhão de eleitores brasileiros foram cadastrados biometricamente. A fase em que nos encontramos atualmente, a de maior expansão ainda desse projeto, deve alcançar aproximadamente 6,1 milhões de eleitores. Estamos fazendo, desde o primeiro semestre desse ano, um cadastramento envolvendo todo o estado de Alagoas, todo o estado de Sergipe, seis municípios do estado de Pernambuco, duas capitais, Goiânia e Curitiba. A ideia é que possamos, nesse segundo semestre, ampliar ainda mais o projeto com a finalidade de alcançar uma meta, ao término dessa fase, de mais ou menos 10 milhões de eleitores.

E quando é a previsão da Justiça Eleitoral para que todo o eleitorado brasileiro esteja inserido nesse novo sistema?

A expectativa do programa de identificação biométrica do eleitorado brasileiro é de que

até 2018 nós tenhamos todo o eleitorado cadastrado biometricamente.

O eleitor é convocado a se recadastrar?

É, o cadastramento está sendo feito atualmente por convocações para revisões de eleitorado em alguns municípios previamente indicados pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Mediante essa convocação, o eleitor deve comparecer ao local, seja o cartório eleitoral ou os postos previamente definidos pela Justiça Eleitoral em cada município, para confirmar o seu domicílio eleitoral, os seus dados biográficos e para colher os dados biométricos para essa etapa de identificação biométrica do eleitorado.

As cidades que o senhor citou agora há pouco e que passaram pelo cadastramento, utilizando a tecnologia da biometria, já participaram também das últimas eleições sob o novo sistema? E como foi o resultado?

Em 2010, tivemos 60 municípios distribuídos em 23 unidades da Federação já com eleições inteiramente biométricas, ou seja, no processo de votação, ao adentrar o recinto das sessões eleitorais, o eleitor, em vez da identificação pelo método tradicional, foi identificado pelas suas impressões digitais. E o resultado foi muito bom em relação às expectativas criadas pelo Tribunal porque o índice de impressões não reconhecidas foi muitíssimo baixo. Isso corrobora a segurança do método de identificação e mostra que ele realmente agrega segurança ao processo e, no futuro, com a maior familiaridade dos próprios auxiliares da Justiça Eleitoral no processo de votação, a tendência é que também o tempo de votação diminua com o processo de identificação biométrica.

O eleitor que teve problema com a identificação de suas digitais foi impedido de votar por causa disso?

Não. Há sempre uma contingência para essas situações de não identificação pelas digitais, e o eleitor não deixa de exercer o voto pela circunstância de não ter sido identificado biometricamente no momento da votação. Pela apresentação dos documentos de identificação, ele vai ser habilitado sim ao exercício do voto, mediante a utilização de um código pelo presidente da mesa receptora de votos, que libera o microterminal para que ele exerça o seu voto.

Dr. Sérgio, temos certamente inúmeras vantagens na utilização dessa tecnologia, mas podemos afirmar que a maior dessas vantagens seria a segurança?

Sem dúvida, o aspecto da segurança é o que ganha relevo em toda a questão do projeto da implantação da identificação biométrica. A biometria surgiu justamente para agregar segurança aos sistemas de identificação. E hoje a Justiça Eleitoral, além de utilizá-la para a finalidade de garantir essa unicidade na identificação do eleitor, ou seja, garantir que aquele que se apresenta para o exercício do voto é exatamente o indivíduo que se apresentou aos cartórios eleitorais para fazer o seu cadastramento como eleitor, há também outros aspectos, outros desdobramentos da utilização da biometria pela Justiça Eleitoral que seguramente podem ser reportados como vantagens. Podemos citar, por exemplo, o convênio firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Instituto Nacional de Identificação, do Ministério da Justiça, que vai permitir que o esforço da Justiça Eleitoral em coletar a biometria dos cidadãos eleitores se reflita, daqui a algum tempo, na expedição do registro

de identificação civil, que vai ser um documento que deve substituir as atuais carteiras de identidade em que teremos o registro de vários documentos de identidade propriamente ditos, relacionados à previdência social e ao próprio título de eleitor, vai estar consignado num espaço dentro do *chip* que deve conter esse registro de identificação civil. Então esse é um aspecto importante do trabalho que a Justiça Eleitoral vem desenvolvendo na área da biometria.

Outro ator muito importante na utilização desse novo sistema é o mesário. Ele também vai lidar com isso no dia da eleição com uma proximidade imensa. Há uma proposta de treinamento desses mesários quanto à biometria?

No encerramento de todo o processo eleitoral, depois da apuração dos resultados, da proclamação dos eleitos, da expedição dos diplomas, a Justiça Eleitoral se volta para um

processo de avaliação de tudo o que aconteceu na eleição. E desse processo sempre surgem lições aprendidas que vão refletir na atuação preventiva da Justiça Eleitoral em relação aos pleitos subsequentes. Então, seguramente as lições aprendidas na biometria utilizada em 2010 vão se refletir no trabalho dos grupos no âmbito do TSE que elaboram as cartilhas, os manuais destinados ao treinamento dos mesários, em orientações mais seguras, em orientações mais específicas, sobretudo para afastar as possíveis dificuldades que tenham sido enfrentadas durante a realização do pleito de 2010.

Conversei com o Dr. Sérgio Dias Cardoso, secretário da Corregedoria-Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Dr. Sérgio, muito obrigado pelos esclarecimentos. E esta foi a entrevista para a quinta edição da revista eletrônica da Escola Judiciária Eleitoral. Obrigado e até a próxima entrevista.